

PANORAMA HISTÓRICO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Aurea Barbosa Moreira¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma breve discussão acerca da cultura afro-brasileira, fundamento que ultimamente tem despertado enorme interesse em diversas áreas do conhecimento. Neste sentido, ao descrever e analisar a História da Cultura Afro-Brasileira, optando-se por uma Revisão de Comunicação Científica. Visto que, o conhecimento da história e da cultura negra colabora para a redução das desigualdades raciais e entender as matrizes de formação do estado nacional brasileiro, contribui para a quebra de paradigma da chamada “democracia racial” constitutivos do preconceito racial e do racismo. Para melhor compreensão do assunto, buscou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica, apresentando autores importantes na literatura deste assunto que é premente na sociedade contemporânea: Kabenguele Munanga, Iolanda Oliveira, Flávio Santos Gomes dentre outros que discutem a temática pesquisada.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira; Etnia; Educação; Preconceito racial.

HISTORICAL OVERVIEW OF AFRO-BRAZILIAN CULTURE

ABSTRACT

The main goal of this paper is to present a brief discussion about Afro-Brazilian culture, a foundation that has lately aroused enormous interest in several areas of knowledge. In this sense, when describing and analyzing the History of Afro-Brazilian Culture, we opted for a Scientific Communication Review. Since knowledge of negro history and culture contributes to the reduction of racial inequalities and to understand the matrices of formation of the Brazilian national state, contributes to the paradigm break of the the so-called “racial democracy”, constitutive of racial prejudice and racism. For a better understanding of the subject, a bibliographical research was sought like a methodology presenting important authors in the literature of this subject that is pressing in contemporary society: Kabenguele Munanga, Iolanda Oliveira, Flávio Santos Gomes among others who discuss the researched theme.

Keywords: Afro-Brazilian Culture; Ethnicity; Education; Racial Prejudice.

¹ Especialista em Gestão Escolar. E-mail: aurea.bmoreira@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Segundo diversos autores, destacando Oliveira (2007), podemos inferir que discutir sobre a cultura afro-brasileira é apresentar uma cultura que sofreu a miscigenação entre a cultura brasileira e africana desde a época colonial até os tempos atuais. A cultura africana chegou ao Brasil com os povos escravizados trazidos da África durante o longo período em que durou o tráfico negreiro transatlântico. No Brasil, essa cultura também recebeu influências das culturas europeias e indígenas. Tal miscigenação pode ser percebida em diversos aspectos da nossa cultura, como: música, religião, culinária e folclore.

Tomando como paradigma sobre o tema, Kabenguele Munanga nos mostra que a noção de raça é uma discussão bastante antiga e primeiramente temos como primeiros eventos relativos a essa questão, em uma abordagem mais contemporânea, a partir do advento das grandes navegações quando o europeu se depara com pessoas que são diferentes deles (MUNANGA, 2013).

Esse choque com a figura do outro, mas tendo como modelo de perfeição para a época o homem branco e europeu, suscitou as primeiras indagações sobre raça. Mais tarde, em fins do século XIX, a última sociedade escravista caiu. Foi nesse período que, embaladas pelas novas descobertas sobre a origem e evolução dos homens, surgiram novas teorias de cunho raciais, essa discussão foi abarcada pela Biologia da época para se ter uma forma de classificação das espécies. Logo, tomam-se parâmetros da biologia para análises sociais para explicar as diferenças entre os homens, porém, dada a igualdade existente na humanidade, tornou-se incompatível com as diferenças biológicas dentro de uma mesma espécie (MUNANGA, 2013).

Guimarães (2001) nos mostra que o termo racismo é o conjunto de crenças que classificam a humanidade em coletividades distintas, em função de atributos naturais e/ou culturais, organizados em hierarquia de superioridade e inferioridade. O racismo também foi uma noção utilizada na Europa da década de 1930 para designar as práticas e crenças do regime nazista da Alemanha, a partir da suposta superioridade da raça ariana, a importância da “pureza racial” e a “purificação” que levou à barbárie do Holocausto.

Já o termo etnia é empregado para designar grupo social que se diferencia dos outros por sua especificidade cultural. Interessante que podemos ter um grupo heterogêneo em sua etnia, mas com o mesmo matiz de pele.

Para efeitos didáticos, o texto se distribui em algumas seções: inicia-se com a discussão resumida acerca da História do Negro no Brasil, sobretudo a partir dos finais do século XIX; Em seguida será apresentada uma análise a respeito da cultura afro em suas variadas perspectivas; Abordaremos a abolição da escravidão no Brasil e seus efeitos, À frente discutiremos a questão das identidades negras, foi colocado propositalmente o termo “identidades negras” no plural, pois é assim

como entendemos a questão negra; Também será abordada a criação da Lei 10639/03 dentro da perspectiva de resistência ativa dos movimentos negros ao longo da História Brasileira. A conclusão visa abrir novos debates e discussões de espaço e não fechar o tema tão rico e complexo, que a questão racial no Brasil.

DISCUTINDO BREVEMENTE A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

De acordo com Silvério (2002), ao longo do período em que durou o tráfico negreiro, princípio do século XVI a meados do século XIX, o negro foi considerado simples mercadoria. Ignorando sua origem étnica, todos eram englobados sob denominações genéricas – peça da África, negro mina, negro da costa, preto, escravos, sem que se tivesse a ideia de sua origem, seus costumes e religiões.

Cabe lembrar que a escravidão no Brasil também contou com a mão-de-obra indígena em menor escala. A distribuição de pessoas escravizadas pelo território nacional foi heterogênea. As maiores concentrações ocorreram em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Ceará, haja vista sua utilização como força de trabalho na agricultura e mineração.

O principal foco de negócios de distribuição de escravos foi a Bahia, que recebia diretamente da África e distribuía para diversas regiões. Os africanos originavam-se da região do Norte do Golfo da Guiné e do largo cinturão que vai do Atlântico ao Índico, ligando Angola e o Congo a Moçambique.

Unidos pela escravidão, os escravos eram originários de culturas diferentes. Apesar das diferenças religiosas, linguísticas e regionais, foi possível a comunicação entre eles pela semelhança dos troncos linguísticos, por dominarem outras línguas africanas além das nativas e a língua do colonizador. Também motivados pelo senso de sobrevivência e reação à condição que a ele era imposta, a escravização.

A comunicação entre os africanos escravizados teve início no próprio continente africano, tendo sua continuidade no navio negreiro e na nova terra. O comércio de escravos existiu na África desde a antiguidade, o comércio de pessoas que se tornavam escravizadas estava presente no continente africano desde os egípcios, a escravidão na África teve início antes da chegada dos europeus no continente africano, A principal diferença era que a escravidão na África não tinha o caráter comercial adotado após o desenvolvimento do tráfico de escravos através do oceano Atlântico. Os europeus usavam os escravos como mão de obra para sua produção colonial, enquanto os africanos os utilizavam em suas esferas estatais.

Diversas são as demonstrações de resistência dos africanos ou dos brasileiros descendentes dos cativos africanos. Temos como um dos grandes exemplos desse fato o sincretismo religioso, que mesmo com a proibição tácita do colonizador português, o cativo conseguia, de maneira dissimulada, cultuar suas divindades fazendo uma espécie de mimetismo com as divindades católicas e dessa maneira

eternizavam suas práticas religiosas.

Outro grande exemplo foi a roda de jongo, a roda de capoeira, sendo que essa última para muitos pesquisadores foi uma prática criada no próprio Brasil, entretanto, é sabido que as matrizes dessa luta/esporte estão relacionadas à África.

A historiografia atual como nos mostra Reis e Silva (1989), nos apresenta uma releitura da participação do negro no Brasil como uma experiência de resistência, onde, mesmo no cativeiro, o negro foi elemento atuante e não passivo no processo de formação da sociedade brasileira e sempre resistindo à experiência do cativeiro. Evidencia-se, que o advento da abolição da escravidão não teria sido, como muito se pensou, uma dádiva dos donos de fazendas, mas, antes de tudo, um árduo processo levado a cabo pela própria resistência negra em paralelo com outras diversas questões de época.

Uma das formas de resistência dos escravos eram as revoltas nos engenhos e fazendas onde trabalhavam, que visavam à liberdade ou um tratamento digno. A resistência dos escravos foi uma resposta à escravidão. A escravidão no Brasil foi cruel e, durante 300 anos, motivou os africanos a organizarem diferentes formas de resistência. Algumas formas eram a formação de quilombos, fugas ou suicídios, magia, assassinatos e sequestros de senhores, paralisações, sabotagens e roubos.

Esse longo período de contato e enorme miscigenação fez com que uma nova cultura fosse criada no Brasil, uma cultura que forjada em terras brasileiras, conservava em grande medida a herança africana, em seus rituais, folclore, como as congadas e o lundu como no candomblé, umbanda e outras religiões de matrizes áfricas.

No Brasil, Rio de Janeiro, Recife e Salvador (BA) foram as cidades que mais receberam a influência da capoeira. Esse fato se justifica devido essas cidades receberem a maior quantidade de navios negreiros, já que nesses estados eram desembarcados e comercializados a maior parte do contingente de negros vindos da África. A capoeira é considerada pela UNESCO patrimônio imaterial da humanidade. Segundo a organização, a capoeira expressa a resistência negra no Brasil e esse reconhecimento valoriza nossa herança cultural afro-brasileira.

A capoeira alcançou diversas classes sociais na época colonial, tendo sido praticada não apenas por escravos, mas também por homens livres pobres e ricos, além dos europeus que viviam na capital do Império” (EDMUNDO, 1938 p.15).

Figura 1: Mestre Bimba & Mestre Pastinha 1980.



Fonte: Lugar (2015).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a capoeira se tornou patrimônio cultural imaterial pelo seguinte motivo: a capoeira conta a história de muitos afrodescendentes de forma indireta, fazendo com que hoje as pessoas tenham mais acesso sobre o legado histórico africano, por meio da sua expressão cultural e isso afeta diretamente a cultura nacional e como o mundo a reconhece (IPHAN, 2014).

Na forma de se alimentar onde os temperos, gostos, pratos nos remetem ao modo de vida do africano ao do negro brasileiro. Entretanto, é ainda muito superficial somente esses exemplos de participação do negro na cultura. Devemos questionar a todo momento quem foi de fato que trabalhou na agricultura da cana-de-açúcar, quem foi que trabalhou na prospecção dos metais preciosos nas Minas Gerais, quem desempenhou as funções mais elementares na sociedade da época colonial e do Brasil Império.

Essas indagações nos mostram que a participação do negro ao longo da história brasileira nos ajuda a perceber a cultura afro-brasileira de resistência à exploração, de perseverança em manter acesa as chamas de suas origens que, mesmo perseguidas e descaracterizadas, conseguiram se manter até os dias atuais, mesmo à revelia das comparações com outras culturas ocidentais que sempre são mostradas como mais importantes.

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Percebe-se que, ao longo do tempo, a cultura europeia sempre foi mais valorizada que a cultura africana, devido ao europeu impor os seus padrões nas nações conquistadas. A ideia de que a Europa é o centro da cultura mundial, embasa esse pensamento entre as gerações, ou seja, o Eurocentrismo, corresponde a uma

expressão que emite a ideia no mundo como um todo de que a Europa era o centro da cultura no mundo.

As religiões afro-brasileiras e a capoeira foram perseguidas e até mesmo proibidas. Já o folclore, como as congadas e o lundu, foi estimulado no país. A partir da metade do século XX a cultura afro-brasileira passou a ser mais admirada pela elite brasileira, por ser considerada como típica do Brasil, como o samba, por exemplo.

Figura 2: Candomblé

CANDOMBLÉ



Fonte: Amazonas (2015).

Durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), ocorreram incentivos ao nacionalismo, e a cultura afro-brasileira passou a ser aceita oficialmente, assim como a capoeira, chamada por Vargas, em 1953, como único esporte genuinamente nacional.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), o Brasil, durante os períodos Colonial, Imperial e Republicano, teve uma postura ativa e permissiva sob o ponto de vista legal para a ocorrência da discriminação e racismo que atinge a população afrodescendentes brasileira até os dias atuais. O Decreto nº 1331/1854 estabelecia que as escolas públicas do país não poderiam admitir escravos e só poderia instruir adultos negros caso houvesse disponibilidade de professores. O Decreto nº 7031-A/1878 determinava que os negros só poderiam estudar à noite.

Após a Constituição de 1988, o Brasil tem buscado consolidar sua condição de Estado democrático de Direito, enfatizando a cidadania e a dignidade da pessoa humana, mas ainda temos uma realidade marcada por preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, enfrentando ainda dificuldades para o acesso

e permanência nas escolas até mesmo nos dias atuais.

A educação é um dos mecanismos fundamentais para a transformação de um povo, e a escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser humano na sua integralidade, deve estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que valorizem e respeitem as diferenças.

A partir da década de 1950 as religiões afro-brasileiras passaram a ser menos perseguidas e mais aceitas. Entretanto, em tempos atuais vemos um certo recrudescimento do preconceito e discriminação a elas por parte de segmentos mais sectários da sociedade brasileira.

Os escravos eram batizados aqui no Brasil e obrigados a seguir o Catolicismo, mas essa conversão não ocorria de fato e as religiões africanas eram praticadas secretamente ou miscigenadas com o catolicismo.

O Candomblé e o Xangô do Nordeste possuem muitas raízes africanas, já o Batuque e a Umbanda formaram-se por sincretismo religioso, que é o batismo dos filhos e o casamento na Igreja Católica, mesmo quando seguem uma religião afro-brasileira.

De acordo com Silva (2007), as Igrejas pentecostais do Brasil, que rechaçam as religiões de origem africana, têm muitas influências destas, como o batismo do Espírito Santo e a crença na incorporação de entidades espirituais, enquanto o Catolicismo não crê na existência de orixás e guias.

A desproporção entre cristãos e seguidores de religiões minoritárias é tão grande que uma das propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (1996) é “prevenir e combater a intolerância religiosa, inclusive no que diz respeito a religiões minoritárias e a cultos afro-brasileiros”.

As religiões afro-brasileiras têm se constituído em espaços de sociabilidade e identidade na formação da cultura negra. Por vezes perseguidas, as religiões afro-brasileiras são fundamentais para entender a formação da cultura negra no Brasil.

Assim, a partir da pressão exercida por diversos movimentos sociais de matrizes negras e também favorecido por conjuntura política específica, o governo federal sancionou a Lei nº 10.639/2003, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio, resgatando historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Pleito esse que nos remete aos anseios exarados pelos primórdios do Movimento Negro, ainda nas primeiras décadas do século XX, com Abdias Nascimento e outros ativistas pensadores da questão racial brasileira.

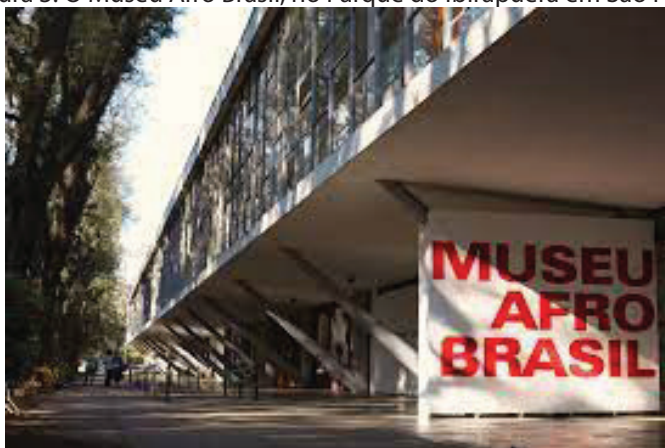
ABOLIÇÃO E EFEITOS DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

A escravidão no Brasil era uma realidade séria e afetou milhões de pessoas

no país durante os períodos colonial e imperial. Muitas perguntas são feitas até hoje por historiadores e pesquisadores. Qual era o tamanho do mercado de escravos no Brasil? Quantos escravos havia? E quais foram os efeitos da escravidão no Brasil?

Pode-se mergulhar na riqueza cultural visitando o acervo do Museu Afro Brasil e uma galeria de fotos em seu acervo com, 20 títulos de obras raras em seu catálogo. No último dia 11 de abril de 2022, foi lançado o livro “África em Artes”, de autoria dos pesquisadores Renato Araújo da Silva e Juliana da Silva Bevilacqua, do Núcleo de Pesquisa do Museu Afro Brasil. O Museu Afro Brasil, no Parque do Ibirapuera em São Paulo, destaca a perspectiva africana na formação do patrimônio, identidade e cultura brasileira.

Figura 3: O Museu Afro Brasil, no Parque do Ibirapuera em São Paulo



Fonte: Paredes (2021).

O século XIX foi turbulento e repleto de mudanças em relação à escravidão no Brasil. Artistas, poetas e outros começaram a usar diversas estratégias, como a mídia da época para criticar o comércio de escravos, como ele era tratado e as leis escravistas (MATTOSO, 2010).

O movimento abolicionista que se movia mais rápido fora das fronteiras brasileiras demorou décadas para ter resultados aqui. De acordo com Gomes (1995), o primeiro movimento real em direção à abolição da escravidão no Brasil foi em 1850, quando o tráfico legal de escravos do exterior foi proibido, muito motivado por pressões externas. A partir daquele momento, o tráfico de escravos só poderia ocorrer dentro das fronteiras do Brasil. Pode-se dizer que este foi o início do fim da escravidão no Brasil.

Por volta de 1870, ao ver todos os seus aliados dando passos no sentido de libertar escravos, ficou claro que o Período Escravocrata no Brasil estava chegando ao seu fim. Naquela época a questão dos escravos no Brasil se tornou o principal tema de discussão, Alberto Henschel, fotógrafo teuto-brasileiro, resolveu fazer

fotografias de escravos, dando um rosto ao povo que queria defender. Ativistas políticos como Joaquim Nabuco começaram a pressionar com maior ênfase as lideranças políticas e econômicas daquele período para que libertassem todos os escravos (GOMES, 1995).

Figura 4: Fotos de Alberto Henschel - Instituto Moreira Salles



Fonte: Monovisions (2017).

Diferentes leis foram lentamente aprovadas para libertar os filhos de escravos, escravos com 65 anos ou mais e assim por diante. E o país esperou a oportunidade de ver todas as pessoas livres. Em 1888, o Senado brasileiro finalmente aprovou a Lei Áurea, que significava o Período Escravocrata no Brasil. O momento ficou gravado na história, com uma multidão em torno de senadores assistindo a esse momento histórico no Rio de Janeiro.

Figura 5: Jornal Gazeta Lei Áurea 1888



Fonte: Brasil (2020).

O número de escravos trazidos para o Brasil é assustadoramente grande. Dos 12,5 milhões de escravos trazidos para o Continente Americano, Portugal foi responsável pelo comércio de quase 6 milhões. E os números são ainda mais alarmantes ao pensar no fato de que muitas dessas pessoas nem chegaram ao litoral e morreram no caminho. Cerca de 12% dos escravos a caminho da América morreram, é um milhão e meio de pessoas mortas no mar. É praticamente o mesmo número de escravos que havia no Brasil no final do século XIX (MATTOSO, 2010).

Os efeitos da escravidão no Brasil também foram duradouros. Um ano após a abolição no Brasil, houve um golpe que destronou o imperador e estabeleceu uma República que pouco fez para ajudar os escravos libertos a se ajustarem à nova vida. Muitos ex-escravos continuaram a trabalhar nas mesmas plantações onde trabalhavam antes de serem libertados. A vida no início do século XX não era tão diferente para eles do que no final do século XIX (MATTOSO, 2010). Percebe-se que não houve nenhum projeto sério de política pública que garantisse o mínimo de inserção da população escravizada na sociedade brasileira. Isso por ser explicado pela permanência do status inferiorizado que permeou sua figura desde o início do processo de escravização do negro no Brasil. Algo que, de certa forma, permanece até os dias atuais.

Em nossos dias, apesar de a situação ter mudado um pouco, os preconceitos ainda não foram erradicados. A escravidão no Brasil infelizmente ainda marca nossos dias. Mas, felizmente, caminhamos aos poucos em direção à igualdade real, com mudanças lentas.

A CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES AFRO-BRASILEIRAS

As identidades afro-brasileiras têm sido construídas e reconstruídas ao longo da História Brasileira. Primeiramente, nos idos da colonização brasileira e até grande parte do Brasil Império o negro escravizado era considerado “coisa”, destituído de qualquer valor humano aos olhos do colonizador, entretanto é sabido que desde o primeiro momento que aqui chegaram sua história é História de reação à condição a que era obrigado a viver. A partir dos finais do século XIX, podemos dizer, tomando como referência Schwarcz (2018) que o negro fez parte de um projeto de Brasil de embranquecimento; em seguida, as identidades contrastivas emergiram durante as décadas de 1960 e 1970; atualmente, por isso que se deve referir enquanto “identidades negras”, haja vista a complexidade da condição do negro no vasto território brasileiro desde que aqui chegaram e tiveram que criar estratégias de sobrevivência tanto física como cultural.

A identidade mestiça é fruto da fusão de várias etnias, em detrimento das identidades étnicas, que reforçam as diferenças, ocorridas nos anos 1920, marcando uma época de construção da identidade do brasileiro como mestiço. Importante se faz destacar sobre o conceito de identidade, que pode ser compreendido conforme Munanga (2013, p. 31):

Identidade é um processo de aquisição de características culturais, ideológicas e sociais, que se traduz no Brasil através do multiculturalismo, como nos diz O multiculturalismo é o jogo das diferenças, cujas regras são definidas nas lutas sociais por atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e do preconceito no interior das sociedades em que vivem considerando que as forças das ideologias reproduzidas ao longo da história com as tradições e práticas socialmente legitimadas, aponta uma enorme necessidade em construir novas ideologias, resgatar tradições e valores que contribuam igualitariamente para formação de uma identidade coletiva.

O movimento negro também se expressou por meio da cultura como a Companhia Negra de Revistas (1927). Entre 1930 e 1940, surgiram o Comitê Democrático Afro-brasileiro e o Teatro Experimental Negro, que buscavam a integração e a valorização do ser negro. Na cultura, o samba passou a ser o gênero musical do Brasil e a mestiçagem passou a aparecer na literatura e nas artes.

Figura 6: Companhia Negra de Revistas (1927)



Fonte: Cultura (2019).

As identidades negras passaram a se evidenciar com maior vigor a partir da década de 1960, a partir de movimentos contestatórios, a partir de uma identidade contrastiva, ou seja, construída em contraste com a identidade branca. Os movimentos por direitos civis no mundo (contra a ditadura militar no Brasil e a luta anticolonialista dos povos africanos de língua portuguesa e o movimento negro americano) foram importantes para construir a identidade negra no Brasil.

Na década de 1970 o movimento negro elegeu o dia 20 de novembro para celebrar o dia nacional da consciência negra. A partir de 1970, os movimentos sociais, sobretudo os de perfis raciais passaram a denunciar o racismo anti-negro e as desigualdades raciais e surgem os movimentos artísticos que valorizam a estética negra. A culminância desse processo é a criação do chamado Movimento Negro Unificado em 1978 em São Paulo, onde diversas demandas são aglutinadas em propostas que visam, notadamente, acesso à Educação gratuita e de qualidade para a população negra, fim da discriminação racial, questões básicas que eram garantidas por direito, entretanto não se concretizavam na prática cotidiana.

Importante ressaltar que a partir desse período, meados da década de 1960 e década de 1970, o movimento negro, motivado pelo crescimento dos movimentos contestatórios em diversas partes do mundo, descolonização de vários países no Continente Africano, questionamento do regime militar no Brasil e em países da América do Sul, a questão dos conflitos em prol da aquisição dos Direitos Civis para os negros nos EUA etc, tudo isso faz com que as pautas reivindicatórias do movimento negro no Brasil passasse a ter mais visibilidade, dessa forma, que se

compreende que a construção das identidades negras no Brasil se dá de forma extremamente dramática ao longo da História do Negro no Brasil. Não houve a chamada “conciliação”, houve um processo de conquista por parte do negro, entretanto a julgar pela permanência do racismo à brasileira, como nos mostra Munanga (2013), infere-se que muito caminho ainda há para percorrer em busca da erradicação dessa chaga que se chama Racismo.

Figura 7: 1960-1970 Grupo Palmares de Porto Alegre no Dia da Consciência Negra



Fonte: Monovisions (2017).

Segundo Hall (1996), as identidades modernas estavam sendo deslocadas e fragmentadas. Com isso, o sujeito assume diversas identidades em diversos momentos, posto que somos confrontados com uma multiplicidade de identidades possíveis e contraditórias.

No Brasil, ser negro é uma escolha política, pois não se limita às características físicas, mas também quem se define como negro e se identifica com a cultura afro-brasileira. Pesquisadores(as) mais atuais como, como Sueli Carneiro e outras pesquisadoras evocam a questão do chamado feminismo negro que venha a ser uma peculiaridade mais específica das tensões das relações raciais no Brasil e que até bem pouco tempo permanecia completamente invisibilizada. Ou seja, a partir de ações dos primórdios do movimento negro no Brasil podemos avançar para pautas, como a citada, que são cada vez mais emancipatórias e vanguardistas para o combate à toda forma de preconceito e discriminação antinegro.

CONCLUSÃO

A cultura afro-brasileira é fruto dos fluxos culturais iniciados no período da escravidão africana. Trata-se de uma cultura étnica, produzida pelos negros brasileiros, híbrida, por ter elementos de diversas culturas e global, por ser transnacional, unindo os afrodescendentes do Novo Mundo.

É uma cultura que já nasceu plural, por descender da circulação de culturas africanas em contato com as diversas relações sociais no Novo Mundo. Assim, ela se apresenta como uma concepção autônoma, concebida na dinâmica das relações estabelecidas entre as populações negras e não-negras formadoras da sociedade brasileira.

Assim por meio da educação plural e multicultural será possível contribuir por uma sociedade mais tolerante à diversidade cultural e que valorize a riqueza da cultura afro-brasileira livre de estereótipos e relacionadas ao gênero. Nesse aspecto, a Lei 10639/03 pode ser um dos fatores de enorme importância quando torna obrigatório o ensino da História da África e dos afro-brasileiros em todos os estabelecimentos de ensino.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado do. **Religião está na TV e no debate político, assim como nos ritos e práticas dos fiéis**. 2015. Disponível em: <http://www.fapeam.am.gov.br/entrevistas/religiao-esta-na-tv-e-no-debate-politico-assim-como-nos-ritos-e-praticas-dos-fieis/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

BRASIL, Arquivo Nacional do. **Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888**. 2020. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/49749831752/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: 2004

BRASIL. **Lei 10639/03**. 2003. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulher negra**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CULTURA, Pró-reitora de Extensão e. **Cabaré Incoerente**. 2019. Disponível em:

<https://cabareincoerente.com/referencias/personalidades/brasil/companhia-negra-de-revistas/>. Acesso em: 02 jul. 2021.

EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 842.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas**: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **A questão racial na política brasileira**: os últimos quinze anos. **Rev. Sociol. Usp**, São Paulo, p. 121-142, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/d6pLPZfmMdXqvJY6CrM8Cgz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2021.

HALL, Stuart. **Questions of Cultural Identity**. Sage Publications, 1996.

LUGAR, Capoeira em Todo. **Biografia Mestre Bimba e Mestre Pastinha**: um marco na história da capoeira. Um Marco na História da Capoeira. 2015. Disponível em: <https://capoeiraemtodolugar.blogspot.com/2015/10/biografia-mestre-bimba-e-mestre.html>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MATTOSO, Kátia. **Bahia, século XIX**: uma província no Império, 4. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2010.

MONOVISIONS. **Biografia**: fotógrafo de retratos do século 19 alberto henschel. fotógrafo de retratos do século 19 Alberto Henschel. 2017. Disponível em: <https://monovisions.com/alberto-henschel-biography-19th-century-portrait-photographer/>. Acesso em: 22 jun. 2021.

NASCIMENTO. Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 2013.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pep>. Acesso em: 02 ago. 2021

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares**: representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, nº 3, 2003.

OLIVEIRA, Iolanda (org). **Educação e população negra**: contribuições para a educação das relações étnico-raciais. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF (n.9) (dezembro 2007) Rio de Janeiro/Niterói – EdUFF/Quartet, 2007.

PAREDES, Vida Sem. **Museu Afro Brasil (SP)**: 8 razões para visitar. 8 razões para visitar. 2021. Disponível em: <https://vidasemparedes.com.br/museu-afro-brasil-parque-ibirapuera-sp/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito**: A resistência Negra no Brasil Escravista. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras**: significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. Mana 13: 2007.

SILVÉRIO, V. R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, no 117, nov., p. 219-246, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 2018.